

Regiões

O Tratado de Amsterdão estabelece o objectivo de reforçar a coesão económica e social na União Europeia. Em matéria territorial, a Comissão tem insistido na ideia de "coesão económica", que se relaciona com a necessidade de aumentar a competitividade e promover o crescimento das regiões menos desenvolvidas. Isto, por oposição à ideia de "coesão social", mais relacionada com a aproximação dos níveis de consumo. Para cumprir esse objectivo, procedeu-se a uma profunda revisão dos fundos estruturais em 1989, tendo sido aumentado o apoio às regiões menos desenvolvidas.

Como é sabido, Portugal beneficiou de importantes apoios ao abrigo desse regime. Não havendo, no entanto, tradição de política regional no nosso país, as políticas têm sido basicamente definidas a nível central, cabendo às comissões de coordenação regional pouco mais do que a sua implementação. O modelo tem sido criticado pelo facto de as comissões de coordenação regional não terem margem de manobra para ajustar as regras às especificidades regionais e por carecerem de legitimidade política que lhes permita impor a sua coordenação junto do poder local. A excepção à regra são as regiões dos Açores e da Madeira, onde existem governos regionais e quadros financeiros muito favoráveis à implementação de políticas autónomas.

Uma questão que se coloca é a de saber até que ponto o reforço dos instrumentos de coesão regional se traduziu num maior crescimento por parte das regiões mais atrasadas. Por outro lado, poderemos questionar se as regiões que beneficiaram de maior autonomia conseguiram, de facto, aproveitar essa vantagem. No Quadro 1 comparam-se alguns indicadores relativos à produção per capita e à produtividade nas regiões portuguesas em 1990 e em 2001. O período de comparação é suficientemente longo para abstrair do impacto diferencial do ciclo económico. Todos os dados estão expressos em percentagem da média nacional.

Na coluna (1) apresentam-se os dados relativos ao VAB per capita. De acordo com esses dados, as regiões mais pobres do país são os Açores, o Alentejo e a Região Centro. O VAB per capita é um indicador possível para avaliar as necessidades regionais em matéria de coesão social, mas não proporciona uma boa medida de desempenho económico. Isto porque, ao dividir o valor da produção da região pelo número de residentes, incorpora efeitos demográficos que escapam ao foro da "coesão económica".

Por exemplo, o Alentejo, por ter uma população muito envelhecida, tende a apresentar um VAB per capita relativamente baixo. De acordo com a Coluna 1, em 2001 o VAB per capita no Alentejo representava apenas 75% da média nacional. No entanto, na coluna (3) vemos que o produto por indivíduo com idade para trabalhar no Alentejo atingia os 82% da média nacional, estando ligeiramente acima do valor registado na região Centro e ligeiramente abaixo do valor registado na região Norte. O VAB por indivíduo com idade para trabalhar, relacionando a produção da região com os recursos humanos potencialmente utilizáveis, sintetiza os efeitos da produtividade (coluna 4) e do emprego (coluna 5), proporcionando uma melhor leitura do desempenho económico do que o VAB per capita.

De acordo com os dados do Quadro 1, entre 1990 e 2001 não terá havido um movimento geral no sentido da convergência entre as regiões portuguesas. Em termos do indicador da coluna (3), apenas a região Norte e o Algarve lograram aproximar-se da média nacional. Os Açores, a Madeira, a Região Centro e o Alentejo divergiram. Entre estas, a região Centro divergiu por via do desemprego (coluna 5), enquanto nos Açores, na Madeira e no Alentejo, a divergência se deveu à evolução desfavorável da produção por trabalhador (coluna 4).

Naturalmente, alguma cautela será necessária na interpretação destes dados, pois é reconhecida a má qualidade das estatísticas regionais no nosso país. Mas o facto de os números não apontarem para uma tendência geral no sentido da convergência apesar de terem existido apoios significativos para esse efeito não pode deixar de constituir motivo de reflexão.

Por outro lado, o facto de os Açores e a Madeira terem sido as regiões onde a produtividade do trabalho mais divergiu mostra que não basta ter autonomia para crescer mais depressa. Uma explicação possível para o mau desempenho das regiões autónomas foi avançada num artigo anterior: o estatuto de ultra-periferia, conferindo aos governos regionais uma grande margem de manobra em matéria de apoio às empresas, pode actuar no sentido perverso. Os políticos serão tentados a dispersar os apoios por toda a economia sem olhar às falhas de mercado, gerando distorções no sistema de incentivos que resultam em baixa produtividade. Tal não significa que no Continente, onde os apoios às empresas estão muito condicionados pelas regras do Mercado Único, uma maior descentralização tivesse resultado em pior desempenho económico.

Miguel Lebre de Freitas

Semanário Económico, 25/8/2004

Quadro 1: contabilidade da coesão, 1990-2001 (Portugal=1.00)

		Do qual:			Do qual:	
		VAB per capita	Efeito demográfico	VAB por indivíduo com idade para trabalhar	VAB por trabalhador	Taxa de Emprego
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Norte	1990	0.80	1.01	0.79	0.80	0.99
	2001	0.84	1.01	0.84	0.86	0.98
Centro	1990	0.82	0.96	0.86	0.79	1.08
	2001	0.78	0.98	0.80	0.81	1.00
Lisboa e V.do Tejo	1990	1.37	1.04	1.32	1.32	1.00
	2001	1.35	1.02	1.32	1.25	1.05
Alentejo	1990	0.80	0.92	0.86	1.00	0.87
	2001	0.75	0.92	0.82	0.89	0.92
Algarve	1990	0.86	0.97	0.89	0.79	1.13
	2001	0.95	0.99	0.95	1.00	0.96
Acores	1990	0.79	0.92	0.87	1.01	0.85
	2001	0.71	0.96	0.74	0.85	0.86
Madeira	1990	0.96	0.96	1.00	1.19	0.84
	2001	0.94	1.00	0.94	1.00	0.94

Fonte: Cálculos efectuados usando dados da Comissão Europeia, DGREGIO, 2003.

Notas: Todos os dados estão expressos em percentagem da média nacional. (1) VAB dividido pela população total; (2) População dos 15 aos 64 anos em percentagem da população total. (3) VAB dividido pela população dos 15 aos 64 anos; (4) VAB dividido pelo número de trabalhadores; (5) Numero de trabalhadores dividido pela população dos 15 aos 64 anos. (1)=(2)*(3); (3)=(4)*(5).